

ESTUDANTES COM DEFICIENCIA NO PROUNI: CURSOS ACESSADOS POR SEXO

STUDENTS WITH DISABILITIES IN PROUNI: COURSES ACCESSED BY GENDER

ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD EN PROUNI: CURSOS ACCEDIDOS POR GÉNERO

Taís Buch Pastoriza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6582-2652>

Rosângela Gavioli Prieto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4013-1163>

Resumo: O Programa Universidade para Todos concede bolsas de estudos, em instituições de educação superior privadas, a estudantes egressos de escolas públicas, com reserva de vagas para pessoas com deficiência e outros grupos (BRASIL, 2005). Efeitos do Programa é o tema deste artigo, cujos objetivos são: identificar os cursos acessados por estudantes bolsistas com deficiência e analisar a distribuição por curso e sexo, a partir dos dados extraídos do Censo da Educação Superior, de 2011 a 2016, com o uso de bolsas por curso e sexo, verificou-se a permanência da divisão sexual do trabalho, particularmente, em Engenharia maioria homens e em Pedagogia, mulheres, repetindo o padrão identificado para o Brasil (BARRETO, 2014; ARTES; RICOLDI, 2016; RICOLDI; ARTES, 2016).

Palavras-chave: Estudantes com deficiência. Prouni. Educação superior. Sexo.

Abstract: The University for All Program grants scholarships at Higher Education private Institutions to public High schools students with reservation of vacancy for disabled people and other groups (BRASIL, 2005). Effects of the Program is the theme of the present article whose objectives are: identify the accessed courses by disabled scholarship students and analyse the distribution of course and gender from the data extracted from the census on higher education from 2011 to 2016, using the software SPSS. About the scholarships by course and gender, it was verified the permanent sexual division of work specially in engineering mostly men, and in pedagogy women, recurring pattern identified to Brazil (BARRETO, 2014; ARTES; RICOLDI, 2016; RICOLDI; ARTES, 2016).

Keywords: Disabled students, Prouni, Higher Education, gender.

Resumén: El programa Universidad para Todos concede becas en instituciones de educación superior privadas, a los estudiantes egresados de escuelas publicas com reserva de plazas para personas discapacitadas y otros grupos (BRASIL, 2005). Efectos del Programa es el tema de este artículo cuyos objetivos son: identificar los cursos accedidos por los estudiantes discapacitados com becas y analizar la distribución por curso y

género, a partir de los datos extraídos del Censo de Educación Superior de 2011 hasta 2016, com el uso del software SPSS. Sobre las becas por curso y género, fue comprobado la permanencia de la división sexual del trabajo, especialmente en ingeniería en su mayoría varones, y en pedagogia mujeres, repitiendo el patrón identificado para Brasil (BARRETO, 2014; ARTES; RICOLDI, 2016; RICOLDI; ARTES, 2016).

Palavras clave: Estudantes Descapacitados, Prouni, Educación Superior, género.

INTRODUÇÃO

As oportunidades de acesso à educação superior no Brasil pela classe trabalhadora têm sido ampliadas a partir da década de 2000 com a implantação de políticas públicas, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), responsável pelo aumento do número de vagas em universidades públicas federais¹, e do Programa Universidade para Todos (Prouni), o qual cria bolsas de estudos em instituições de educação superior (IES) privadas por meio de isenções fiscais, segundo Almeida (2012) e Costa (2012).

Além da criação de vagas, outra contribuição do Reuni se relaciona ao ingresso de estudantes com deficiência à universidade. Em um estudo de caso realizado por Martins (2011, p. 7) com o objetivo de “[...] analisar se houve ou não favorecimento ao acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior a partir da adesão ao Reuni pela UFMA², no período de 2007 a 2012 [...]”, a autora conclui ter havido crescimento de matrículas desses sujeitos a partir da implementação do Reuni, as quais saltam de 11 matrículas em 2007 para 69 em 2010.

Já o Prouni, objeto deste artigo³, também inclui as pessoas com deficiência como público-alvo. Implementado por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005), este Programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos, em cursos de graduação e sequenciais, ofertadas por IES privadas, destinadas aos estudantes com renda familiar *per capita* de um salário mínimo e meio, no caso de bolsa integral e de até três salários mínimos, quando se trata de bolsa parcial. Devem também ser egressos de escolas da rede pública de ensino, exceto no caso daqueles que obtiveram bolsas de estudos (integrais) em escolas particulares. Além dos dois critérios mencionados, outro requisito é obter desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) superior a 450 pontos em um total de 1.000 possíveis, bem como é vedada a participação do candidato que zerar na redação, de acordo com o art. 8º da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015).

A oferta de vagas pelo Programa, segundo a Lei que o institui (BRASIL, 2005), determina, em seu art. 5º, a proporção de uma bolsa integral para cada 10,7 estudantes matriculados e pagantes por curso de cada IES conveniada, “[...] excluído o número corres-

1 A partir de 2007 até 2011, com a concepção e implementação do Reuni, houve um crescimento de 139.875 para 231.530 vagas em universidades federais (BRASIL, 2012).

2 UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

3 O presente artigo é resultado de Tese defendida em 2020.

pondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.” (BRASIL, 2005).

Em relação ao ingresso, estão previstas duas formas: ampla concorrência e reserva de vagas, sendo essa última voltada às/aos estudantes com deficiência, como já citado, e aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, bem como às/aos professoras/es da rede pública de ensino – nesse caso, as bolsas reservadas se referem apenas àquelas destinadas a cursos de licenciatura, às/aos docentes sem graduação.

Para inscrição nessas vagas supracitadas, esses sujeitos devem atender também aos já mencionados requisitos do Programa.

Para compreender a inserção desse público nesse Programa, torna-se necessário apresentar o contexto socioeconômico no qual o Prouni foi criado.

A partir de 2003, políticas foram criadas para expandir as vagas em universidades públicas e privadas, conforme já abordado. Para Ristoff (2013), Programas como o Reuni e o Prouni, e outras ações como a ampliação do Financiamento Estudantil (Fies), bem como a implantação da Lei de Cotas (BRASIL, 2012), favoreceram esse acesso por camadas da população antes excluídas desse direito. Para o autor, esse conjunto de políticas materializa o início de um processo de democratização desse nível de ensino, que historicamente se consolidou como elitista no Brasil.

Essas políticas atendem pressuposto da democratização, conceito que, para Dubet (2015, p. 255), refere-se a possibilitar aos estudantes provenientes de classes sociais menos afortunadas o acesso a espaços antes “[...] reservados a uma pequena elite social e escolar [...]”.

Entretanto, o autor aponta que, para democratizar, não basta ampliar o ingresso (número de matrículas). Entre os aspectos a serem analisados, um que merece destaque é o tipo de acesso à educação superior. Nesse caso, o autor utiliza o conceito *democratização interna* (DUBET, 2015, p. 255). Essa diferenciação também ocorre nos cursos acessados. Há uma hierarquização, nas palavras do autor, entre as IES e os cursos, os quais também influenciam a escolha dos candidatos, de acordo com as condições (acadêmicas e/ou financeiras) de cada um. Nesse aspecto, o autor inclui o conceito de meritocracia acadêmica, exemplificado a seguir:

Essa meritocracia acadêmica, com os melhores estudantes sendo selecionados pelos melhores estabelecimentos e melhores cursos, constrói uma hierarquia de competências acadêmicas extremamente pronunciadas. E, quando se olha de perto, fica evidente que essa hierarquia do mérito acadêmico é também uma hierarquia social, que induz frequentemente uma forte reprodução social, pois, mesmo que um elevado número de estudantes tenha acesso ao ensino superior, a distribuição deles no sistema continuará a ser extremamente desigual. (DUBET, 2015, p. 259).

Diante do exposto, considerando que o Prouni tem sido uma via de acesso à educação superior por pessoas com deficiência, as seguintes perguntas são levantadas nesse artigo: em quais cursos as/os estudantes com deficiência, bolsistas do Prouni, estão concentrados? Considerando esse público, nesses cursos, predominam matrículas do sexo feminino ou masculino? Essa tendência se repete se comparada ao perfil dos bolsistas sem deficiência?

Assim, como objetivos deste artigo são assumidos os compromissos de levantar os cursos acessados por essas/esses estudantes com bolsa integral e parcial do Prouni, por categoria de deficiência, bem como identificar e analisar, nesses cursos, a distribuição das matrículas por sexo.

Para atingi-los é preciso apresentar e discutir alguns conceitos dos estudos feministas. Inicia-se a próxima seção com a apresentação e discussão dos principais conceitos: gênero e sexo, bem como sua diferenciação.

CONCEITUANDO GÊNERO E SEXO

Gênero é compreendido como a construção social do masculino/feminino, que difere de sexo, o qual remete às diferenças biológicas entre homens e mulheres, segundo Nicholson (2000). Para Scott (1995), o conceito de gênero a partir do fim do século XX incorpora as discussões das relações sociais entre os sexos, ou seja, trata-se de desvelar as funções que homens e mulheres exercem, bem como o significado que adquirem na sociedade. Assim sendo, gênero é “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” (SCOTT, 1995, p. 88). Essas relações de poder, para ela, devem ser percebidas para além do âmbito familiar, de forma a abranger contextos mais amplos, como o escolar, o mercado de trabalho, o sistema político, entre outros.

Sobre essas questões na educação, Louro (1997, p. 80) afirma que a escola “[...] não apenas reproduz concepções de gênero e sexualidade, como as produz”. Um dos exemplos citados pela autora são os materiais didáticos, os quais apontam para concepções diferentes entre o mundo para os homens (masculino, público) e para mulheres (feminino, doméstico).

Sobre essas diferenças na escolarização entre meninas e meninos e as carreiras seguidas, pesquisas realizadas no período de 1975 a 1989 no Brasil indicam que a “escolha” da profissão, naquele momento, refletia as funções atribuídas socialmente a cada um dos sexos, de acordo com o estado da arte de Rosemberg, Piza e Montenegro (1990).

Ainda nesse artigo, pesquisas do final da década de 1970 apontaram crescimento das matrículas de mulheres da educação superior, porém essas se concentravam em cursos do magistério secundário. Havia, portanto, nos termos das autoras, uma “estratificação das carreiras por sexo” ou então uma “guetização sexual das carreiras” (ROSEMBERG;

PIZA; MONTENEGRO, 1990, p. 47). Essa divisão, no entanto, não se tratava apenas da distinção dos papéis sociais exercidos por um ou outro sexo, mas havia uma desigualdade social implicada, já que as profissões exercidas mais por mulheres eram desvalorizadas e aquelas exercidas predominantemente por homens agregavam um *status* social mais elevado e eram mais bem remuneradas.

Soma-se a isso, ainda segundo as autoras, durante a escolarização, a partir do sexo das/dos estudantes era definido um tipo de orientação da escolha da carreira, de modo que as meninas eram influenciadas a progredir seus estudos em determinados cursos considerados mais indicados a mulheres, os quais convergiam com a função que se esperava delas na sociedade, naquele momento. Havia, segundo as autoras, uma tendência em reforçar as representações sociais nesse processo (ROSEMBERG; PIZA; MONTENEGRO, 1990). Esse resultado coaduna com a tese de Louro (1997) anteriormente citada, na qual também destaca de que forma a escola contribuiu historicamente para a reprodução dessa estrutura.

É importante destacar que, somente a partir da década de 1970, a desigualdade de acesso à educação superior entre os sexos é revertida, de acordo com Beltrão e Alves (2009). Um dos fatores apontados pelas autoras que pode ter contribuído para isso foi a equiparação do curso do magistério ao *status* científico (nível médio) pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional de 1961, o que garantiu oportunidades para quem desejasse avançar nos estudos em nível superior. E mais adiante, na década de 1990, a ampliação das vagas em IES privadas propiciou especialmente maior inserção do público feminino (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Em relação às carreiras, tem-se verificado aumento da participação de matrículas do sexo feminino em cursos como Engenharia, o qual historicamente concentrou as do sexo masculino (ARTES; RICOLDI, 2016). Apesar disso, segundo as autoras, a desigualdade de gênero nesse curso permanece e em Pedagogia a proporção entre os sexos pouco se altera, ou seja, a concentração de mulheres se mantém (ARTES; RICOLDI, 2016; BARRETO, 2014) e isso também ocorre nos cursos de licenciatura, porém em menor proporção do que ocorre no curso de Pedagogia, de acordo com Barreto (2014)⁴.

Por fim, o estudo de Ricoldi e Artes (2016) teve como objetivo problematizar a vantagem feminina na educação superior, com base em dados quantitativos extraídos de bases estatísticas nacionais. Para isso, as autoras analisaram as mudanças e permanências na distribuição das matrículas nas carreiras ocupadas historicamente pelo sexo feminino e aquelas com maior concentração do masculino. As carreiras em que foram identificadas mudanças no perfil dos estudantes, quanto ao sexo, foram: Gerenciamento e Administração, Direito e Medicina. Em tais cursos têm se ampliado a participação do sexo feminino e

4 A autora analisa, a partir de dados do Exame Nacional de Desempenho (Enade), edições de 2011 e 2012, os cursos de graduação presenciais e a distância avaliados naquele ano, sendo 11 cursos de licenciatura e 17 cursos bacharelado e de formação de tecnólogos.

o curso de Direito deixa de ter maior concentração do sexo masculino, de forma a alcançar paridade.

À vista disso, embora haja predominância de estudantes do sexo feminino na educação superior, ao analisar a distribuição de suas matrículas por curso, verifica-se haver prevalência de mulheres em carreiras mais relacionadas à educação e à saúde, diferentemente do que ocorre nas carreiras de exatas aplicadas, como a Engenharia, em que predominam matrículas de estudantes do sexo masculino.

Partindo dessas reflexões, este artigo abará essa discussão no âmbito do Prouni e, em específico, em relação aos estudantes com deficiência, bolsistas.

A próxima seção destina-se à metodologia utilizada.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, classificada como do tipo levantamento (GIL, 2002), tem como base informações de um grupo específico de pessoas envolvidas de por um mesmo problema a ser estudado. Uma das fontes desse tipo de levantamento são os Censos escolares. Neste artigo a fonte dos dados é aquele dedicado a gerar informações sobre a educação superior.

O Censo da Educação Superior é um levantamento de dados realizado anualmente, que desde 2009 tem o estudante como menor unidade⁵, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o qual traz informações gerais dos estudantes e dos docentes, como sexo, idade, cor/raça e mais específicas, como quantidade de matrículas, quantidade de ingressantes e concluintes, entre outras.

Dessa maneira, após o download dos microdados do Censo da Educação Superior dos anos de 2011 a 2016 no site do Inep, para acessá-los foi necessário utilizar o software estatístico IBM Statistical Package for the Social Science (SPSS).

A escolha do período dessa análise é justificada pela expansão das vagas em IES privadas e também de bolsas de estudos do Prouni⁶, que se inicia no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), mas é ampliada de forma acelerada durante o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores.

Após os dados serem extraídos e exportados para planilha Excel, foi aplicado filtro para selecionar as matrículas de estudantes com deficiência, via Prouni - com bolsa integral e parcial, e posteriormente cruzá-los com os respectivos cursos de ingresso. Considerando que o Programa prevê cotas às pessoas com deficiência, as categorias seleciona-

5 De acordo com informações obtidas no Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 6 out. 2020.

6 Entre 2011 e 2014, durante o mandato de Dilma Rousseff, Sousa (2016) evidencia aumento dos gastos públicos com Fies e Prouni e, com isso, associa à expansão das IES privadas no período.

das no Censo da Educação Superior foram: física, visual, auditiva, intelectual, múltipla e surdocegueira.

Nova planilha foi criada para registro das informações selecionadas. Foram, então, identificados os cursos aos quais as bolsas desses estudantes estavam vinculadas. A seleção contemplou aqueles 15 cursos com maior número de matrículas, considerando a média aritmética de matrículas dos estudantes bolsistas com deficiência em todos os anos do período analisado.

Feito isso, houve um segundo cruzamento, dos cursos com a variável “sexo” declarada pelos estudantes - bolsistas com deficiência. Nesse momento foram selecionadas apenas as categorias de deficiência com maior concentração de matrículas, quais sejam: deficiência física, baixa-visão (subcategoria da deficiência visual) e deficiência auditiva. Além disso, foram considerados apenas os três cursos com maior número de matrículas por categoria de deficiência elencada, considerando que esses concentravam mais matrículas.

Visando a mensurar as diferenças na distribuição das matrículas segundo o sexo e a melhor analisá-las, o procedimento metodológico aplicado foi o Índice de Paridade de Gênero (IPG). Esse índice foi elaborado pela Unesco, segundo Artes e Ricoldi (2016), e compreende a razão entre o número de matrículas do sexo feminino sobre o masculino. Quanto mais próximo a 1, maior é o equilíbrio de matrículas entre os sexos. Se acima de 1, há mais concentração de pessoas do sexo feminino e se abaixo, maior concentração de pessoas do sexo masculino.

A escolha por desmembrar os dados de bolsas do Prouni em integrais e parciais em todas as etapas, tanto no levantamento dos cursos entre estudantes bolsistas com deficiência, no total, como no particular, por categoria de deficiência, justifica-se a partir da diferença no critério socioeconômico adotado para cada tipo de bolsa e considerando resultados de pesquisas os quais apontam variação de desempenho entre estudantes bolsistas, de acordo com Barbosa e Santos (2011) e Ferreira (2012).

Para dimensionar o ingresso de pessoas com deficiência à educação superior e o acesso via bolsas do Prouni, inicia-se a próxima seção com o levantamento das matrículas desses sujeitos, no período de análise.

MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR VIA PROUNI

Dentre as matrículas totais de estudantes na educação superior brasileira, nas modalidades presencial e a distância, em 2011, as pessoas com deficiência representavam 0,33% e em 2016, 0,43% (INEP, 2011, 2016). Nota-se crescimento relativo dessas/ desses estudantes em todos os anos, exceto em 2014, no qual se verifica um aumento expressivo de matrículas totais no Brasil, se comparado ao ano anterior, mas que, comparativamente, o número de pessoas com deficiência não se amplia no mesmo ritmo, resultando na redu-

ção da proporção desse grupo dentre o total de matrículas. A proporção das/dos estudantes com deficiência, bolsistas do Prouni, dentre o total de bolsas concedidas, também consta na Tabela 1.

Tabela 1 – Percentual de estudantes com deficiência na educação superior e no Prouni (2011-2016)

Ano	Matrículas totais	Matrículas de estudantes com deficiência na educação superior	%	Bolsas Prouni totais ⁷	Bolsas Prouni - estudantes com deficiência ⁸	%
2011	6.739.689	22.160	0,33	254.598	986	0,39
2012	7.037.688	25.789	0,37	284.622	1.070	0,38
2013	7.305.977	28.383	0,39	252.374	824	0,33
2014	7.828.013	28.758	0,37	306.726	1.238	0,40
2015	8.027.297	33.546	0,42	329.117	1.749	0,53
2016	8.048.701	34.911	0,43	329.180	1.847	0,56

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior 2011-2016 e nos dados do SisProuni (BRASIL/INEP, 2011-2016).

No âmbito do Prouni, a proporção desse grupo dentre o total de bolsistas é de 0,39%, em 2011, e cresce até 2016, exceto em 2013. Se em 2016 o percentual de pessoas com deficiência na educação superior em relação ao total de matrículas nesse nível de ensino é de 0,43%, no Prouni alcança 0,56%. Dessa forma, pode-se concluir que, tanto em termos absolutos quanto relativos, tem havido crescimento no ingresso de pessoas com deficiência no Prouni, de 2011 a 2016, com maior ênfase nos anos de 2014 e 2015, conforme mostram os dados da Tabela 1.

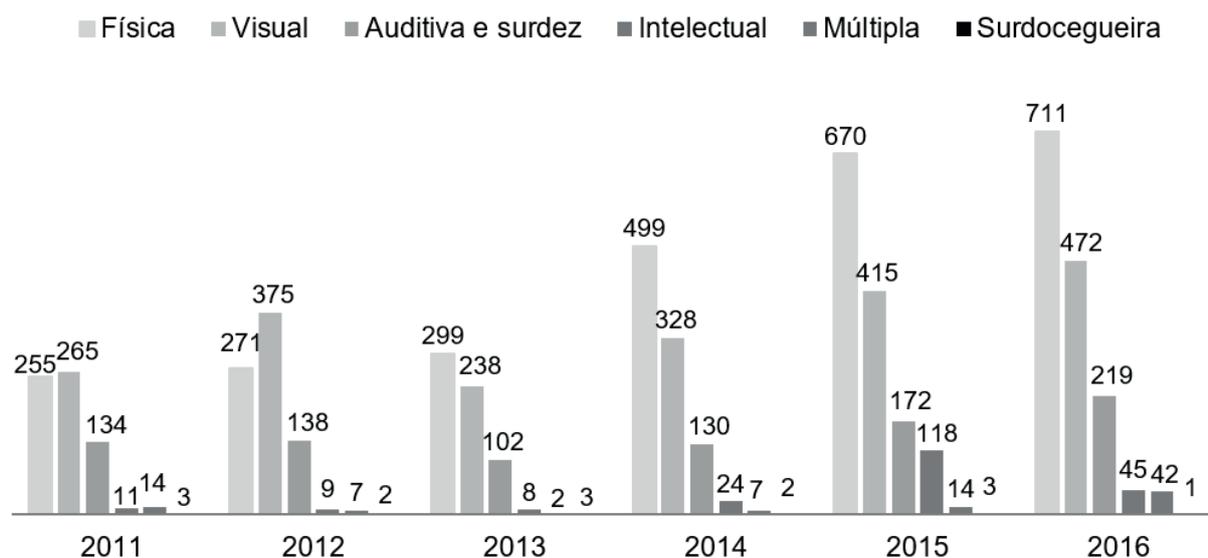
Identifica-se também uma similaridade na evolução das bolsas Prouni, tanto no total, como entre aquelas destinadas às pessoas com deficiência, ambas com acréscimo em todos os anos, exceto em 2013, no qual há queda nos dois grupos, ou seja, o ingresso na educação superior (total) e de pessoas com deficiência não sofreu nenhum tipo de alteração na tendência ao crescimento constante.

Em relação às categorias de deficiência (Gráfico 1), dentre as/os estudantes com bolsa integral, predominou em todos os anos da série a deficiência física, a deficiência visual (baixa-visão e cegueira) e a deficiência auditiva (auditiva e surdez). Das demais, destaca-se a intelectual e a múltipla, a partir de 2015, especialmente. A categoria surdocegueira é a que concentra o menor número de estudantes com bolsas integrais do Prouni.

7 Total de bolsas integrais e parciais, do primeiro e do segundo semestre de cada ano analisado (2011 a 2016).

8 Para esse cálculo foi realizado o somatório das matrículas de estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, múltipla e surdocegueira, com bolsas integrais e parciais.

Gráfico 1 – Distribuição das matrículas de estudantes com deficiência com bolsa integral por categoria – Prouni (2011-2016)



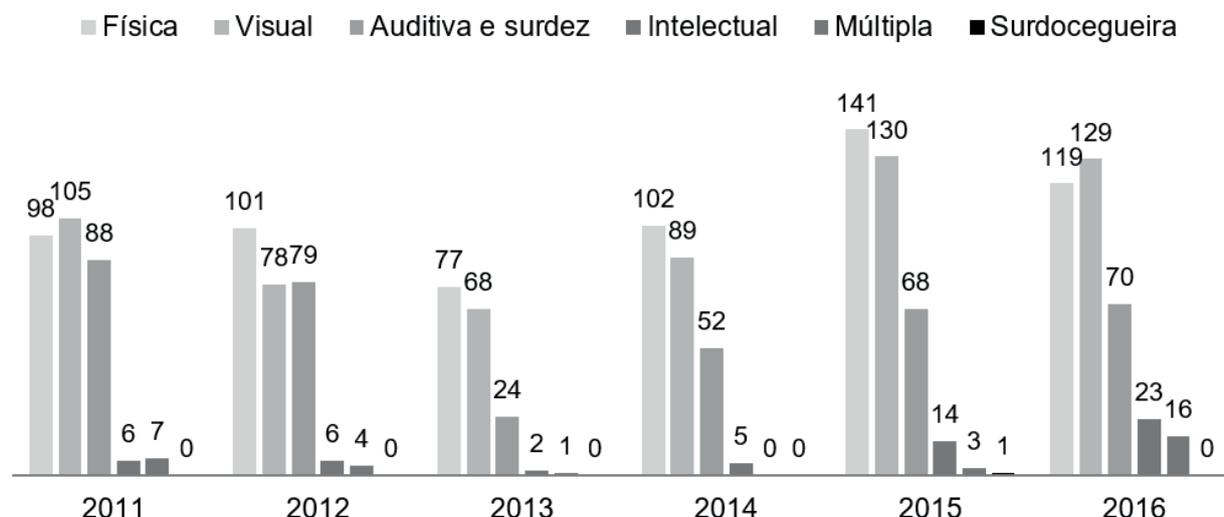
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior 2011-2016 e nos dados do SisProuni (BRASIL/INEP, 2011-2016).

Nos dois primeiros anos do período analisado (2011 e 2012) a categoria da deficiência visual é a que mais concentra matrículas, seguida da categoria deficiência física e auditiva, respectivamente. A partir de 2013, a categoria com maior número de matrículas é a deficiência física, a qual também supera a soma das outras duas categorias majoritárias (visual e auditiva) a partir de 2014.

Todavia, é importante mencionar que, na educação básica, a prevalência de matrículas está entre estudantes com deficiência intelectual. Em segundo lugar, predominam estudantes com deficiência física, seguido da deficiência visual e deficiência auditiva. As categorias menos representativas na educação básica são deficiência múltipla e surdocegueira, de acordo com Pastoriza (2020), dados esses que coadunam com aqueles relativos às bolsas integrais do Prouni.

Em relação às bolsas parciais do Prouni, verifica-se o mesmo padrão identificado entre as/os estudantes com bolsa integral, conforme indicam os dados do Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição das matrículas de estudantes com deficiência com bolsa parcial por categoria – Prouni (2011-2016)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior 2011-2016 e nos dados do SisProuni (BRASIL/INEP, 2011-2016).

Entre os estudantes com deficiência, com bolsa parcial, a categoria deficiência física é prevalente, exceto em 2011 e 2016, em que a deficiência visual é majoritária. Também se destacam as categorias deficiência visual, em segundo lugar entre 2012 e 2015, e auditiva em terceiro lugar. A categoria deficiência intelectual consta em quarto lugar, mas que, até 2014, soma entre duas seis matrículas, nessa modalidade de bolsa, o que corresponde, por exemplo, a 1% do total de bolsas parciais da categoria deficiência auditiva em 2014. Em 2015, há um aumento de quase três vezes, em relação ao ano anterior, de cinco bolsas salta para 14, e que passa a representar 21%, aproximadamente, das bolsas parciais na categoria deficiência auditiva. Em 2016 também apresenta crescimento, de 14 para 23 bolsas parciais, e representa aproximadamente 33% se comparada às bolsas parciais da categoria deficiência auditiva. As demais categorias (deficiência múltipla e surdocegueira) são ainda menos representativas.

Na seção seguinte, serão apresentados dados relativos ao cruzamento de matrículas por sexo das/os estudantes com deficiência nas categorias com maior número de bolsas (deficiência física, deficiência visual – baixa-visão e deficiência auditiva), bem como discutidos à luz dos referenciais teóricos.

CRUZAMENTO DAS MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA, BOLSISTAS DO PROUNI, POR CURSO E SEXO

Em relação aos cursos acessados por estudantes com deficiência no Prouni, verifica-se que esses são os mesmos que lideram as matrículas nos anos de 2015 e 2016 em universidades públicas e privadas no Brasil, os quais sejam: Direito, Pedagogia e Engenharia, segundo dados do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2018a, 2018b).

Há, portanto, semelhanças entre os cursos de ingresso por estudantes bolsistas do Prouni com deficiência e aqueles que concentram maior número de matrículas totais na educação superior (PASTORIZA, 2020). Isso pode ser explicado devido ao próprio funcionamento do Programa o qual concede bolsas conforme o número de matrículas por curso da IES conveniada.

Sabendo-se disso, outro passo da pesquisa foi identificar, a partir do acesso, por curso, semelhanças e diferenças entre o número de matrículas por sexos, comparada à tendência das matrículas totais do Prouni. Para isso, foi realizado um cruzamento de dados entre o curso de ingresso e o sexo das/dos estudantes com deficiência, bolsistas do Prouni. Para realizar esse procedimento, conforme já mencionado na metodologia, foram selecionados os três cursos com maior número de matrículas (Direito, Pedagogia e Engenharia), tanto aqueles vinculados às bolsas integrais do Prouni (Tabela 2) como às parciais (Tabela 3), em pelo menos três anos da série, entre 2011 e 2016, nas categorias mais representativas – deficiência física, deficiência visual (baixa-visão) e deficiência auditiva. Essa seleção se justifica por esses cursos, juntos, representarem quase a metade de todas as matrículas.

Tabela 2 – Matrículas de estudantes com deficiência física, visual e auditiva com bolsa integral - Prouni, por curso e sexo (2011-2016)

Cursos	2011			2012			2013			2014			2015			2016		
	F	M	IPG															
Total DF Bolsa integral	100	155	0,64	114	157	0,73	117	182	0,64	207	231	0,9	286	384	0,74	311	400	0,78
Direito	18	34	0,53	23	30	0,77	22	42	0,52	32	61	0,52	34	78	0,44	38	77	0,49
Engenharia	4	9	0,44	2	13	0,15	3	22	0,14	7	43	0,16	9	50	0,18	13	57	0,23
Pedagogia	8	1	8	7	5	1,4	12	3	4	19	5	3,8	41	9	4,6	45	14	3,2
Total DV Bolsa integral	104	91	1,14	157	133	1,18	83	74	1,12	134	119	1,13	152	168	0,9	175	187	0,94
Direito	10	16	0,62	26	30	0,87	11	16	0,69	19	18	1,06	23	30	0,77	27	24	1,12
Engenharia	3	8	0,37	7	19	0,37	4	6	0,67	7	20	0,35	4	21	0,19	6	30	0,2
Pedagogia	16	3	5,33	22	2	11	24	4	6	28	8	3,5	34	12	2,83	39	10	3,9
Total - DA bolsa integral	56	56	1	50	62	0,8	36	42	0,86	45	33	1,36	78	63	1,24	98	86	1,14
Direito	3	5	0,6	4	9	0,44	4	7	0,57	5	10	0,5	9	12	0,75	13	15	0,87
Engenharia	2	7	0,28	4	6	0,67	7	7	1	7	12	0,58	7	14	0,5	7	17	0,41
Pedagogia	11	0	-	9	1	9	3	4	0,75	0	2	-	5	1	5	10	1	10

Legenda: O IPG compreende a razão entre o número de matrículas do sexo feminino sobre o masculino, o qual varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior o equilíbrio entre os sexos no curso de acesso, segundo Artes e Ricoldi (2016).

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL/INEP, 2011-2016).

Considerando as três categorias de deficiência, nota-se prevalência de matrículas de estudantes do sexo feminino no curso de Pedagogia e de estudantes do sexo masculino nos cursos de Engenharia e Direito, na modalidade de bolsa integral.

Quanto ao IPG, índice que mede a igualdade de acesso entre os cursos (ARTES; RICOLDI, 2016), entre as categorias de deficiência analisadas, a que se destaca com IPG-

mais baixo no curso de Engenharia, na modalidade de bolsa integral, é a deficiência física, cujo índice foi de 0,44 em 2011 e nos demais anos (2012 a 2016) variou entre 0,14 a 0,23. Manteve-se o mais baixo dentre todas as categorias, o que indica maior prevalência do sexo masculino do que feminino.

Por outro lado, a maior concentração de estudantes do sexo feminino no curso de Pedagogia, bolsa integral, se deu na categoria da deficiência auditiva, com IPG mais elevado por dois anos, de 9 e 10, em 2012 e 2016, respectivamente.

Entretanto, é importante observar que, as bolsas integrais são ocupadas predominantemente por estudantes com deficiência do sexo masculino ao contrário da tendência geral das bolsas integrais do Prouni e da dinâmica das matrículas da educação superior no Brasil, principalmente considerando o setor privado, em que há maior concentração de matrículas de estudantes do sexo feminino (PASTORIZA, 2020). Dessa forma, embora os cursos acessados por estudantes bolsistas com deficiência e por estudantes bolsistas sem deficiência sejam os mesmos⁹, ao analisar o cruzamento das matrículas por curso e sexo, verifica-se uma inversão no padrão, ou seja, nesses cursos, a distribuição das matrículas por sexo dentre as/os bolsistas com deficiência em comparação aos dados gerais das/os estudantes com bolsa do Prouni no Brasil é oposta. Considerando isso, essa inversão pode ser explicada, se compreendida a partir da categoria da deficiência, segundo outras pesquisas (PEREIRA, 2016; SILVA; RIBEIRO, 2014).

Já na modalidade de bolsa parcial, há variação na distribuição de matrículas por curso e sexo em cada categoria de deficiência (Tabela 3).

Tabela 3 – Matrículas de estudantes com deficiência física, visual e auditiva com bolsa parcial - Prouni, por curso e sexo (2011-2016)

Cursos	2011			2012			2013			2014			2015			2016		
	F	M	IPG															
Total DF Bolsa parcial	49	49	1	42	59	0,71	35	42	0,83	43	59	0,73	71	70	1,04	57	62	0,92
Direito	4	10	0,4	4	8	0,5	7	8	0,87	9	15	0,6	12	20	0,6	10	19	0,53
Engenharia	0	4	0	1	6	0,17	3	3	1	2	9	0,22	0	9	0	2	11	0,18
Pedagogia	6	2	3	7	1	7	5	2	2,5	4	2	2	16	4	4	2	3	0,67
Total DV Bolsa parcial	61	28	2,18	39	24	1,62	35	23	1,52	11	11	1	70	36	1,94	67	38	1,76
Direito	12	6	2	7	6	1,17	3	5	0,6	1	3	0,33	7	6	1,17	5	7	0,71
Engenharia	1	2	0,5	1	2	0,5	∅	∅	-	1	0	-	3	3	1	3	4	0,75
Pedagogia	15	1	15	6	2	3	12	2	6	2	2	1	17	5	3,4	17	5	3,4
Total DA Bolsa parcial	42	32	1,31	39	31	1,26	9	7	1,29	28	20	1,4	40	24	1,67	48	18	2,67
Direito	5	5	1	3	3	1	0	2	0	2	4	0,5	6	3	2	4	1	4
Engenharia	2	∅	∅	0	2	0	1	0	-	1	3	0,33	1	6	0,17	1	6	0,17
Pedagogia	4	2	2	4	4	1	2	0	-	2	0	-	7	0	-	10	0	-

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL/INEP, 2011-2016).

9 Considerados aqueles cursos com maior número de matrículas.

Nessa modalidade de bolsa, assim como na integral, foi observada frequência majoritária de matrículas de estudantes com deficiência do sexo feminino no curso de Pedagogia e de estudantes com deficiência do sexo masculino no curso de Engenharia e Direito.

Além disso, de modo geral, é observado um IPG mais elevado nessa modalidade se comparado à bolsa integral, em todas as categorias, dado esse que nos permite concluir que há maior concentração de estudantes do sexo feminino em bolsas parciais do que nas integrais.

Nesse sentido, esse pode ser um indicador de diferença entre os sexos dentre as/os estudantes com deficiência no Prouni, pois pesquisas têm apontado mais vantagens, como melhor desempenho (BARBOSA; SANTOS, 2011; FERREIRA, 2012) e menor evasão (FERREIRA, 2012; SACCARO; FRANÇA, 2018), dentre aqueles que recebem bolsa integral, em comparação aos que recebem a bolsa parcial ou outro benefício – o Financiamento Estudantil, por exemplo.

Nas três categorias de deficiência analisadas - física, visual (baixa-visão) e auditiva - no curso de Pedagogia houve concentração significativa de discentes do sexo feminino e no curso de Engenharia, masculino, o que corrobora com o mesmo padrão identificado em análises das matrículas totais da educação superior no Brasil em outras pesquisas (BARRETO, 2014; ARTES; RICOLDI, 2016; RICOLDI; ARTES, 2016).

Segundo levantamento realizado por Barreto (2014), a partir de dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), referente à distribuição das matrículas por sexo, em cursos de graduação presenciais e a distância, em 2011, predominaram matrículas do sexo masculino em todos os grupos de Engenharia, exceto no grupo IV¹⁰. Em contrapartida, dos 13 cursos de licenciatura analisados¹¹, oito concentraram mais matrículas do sexo feminino, o correspondente a 61,5%. Dentre eles, o curso de Pedagogia é aquele com mais matrículas do sexo feminino, com 93,3% delas.

Em 2012, dos 17 cursos avaliados no Enade, os que concentraram maior número de estudantes do sexo feminino foram os cursos de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Psicologia e Secretariado Executivo, com 81,3%, 83,3% e 95%, respectivamente (BARRETO, 2014, p. 29). Em contrapartida, os cursos de Tecnologia em Logística e Ciências Econômicas foram aqueles que obtiveram maior número de matrículas do sexo masculino, com mais de 65% no primeiro e quase 60% no segundo, segundo dados da autora.

Por fim, Ricoldi e Artes (2016), em seu artigo, tiveram como objetivo problematizar a vantagem feminina na educação superior, com base em dados quantitativos extraídos de bases estatísticas nacionais. Para isso, as autoras analisaram as mudanças e permanências na distribuição das matrículas nas carreiras ocupadas historicamente pelo sexo

10 Engenharia Bioquímica, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Biotecnologia, Engenharia Industrial Química, Engenharia Química e Engenharia Têxtil.

11 Biologia, Letras, Artes Visuais, História, Química, Ciências Sociais, Matemática, Filosofia, Música, Geografia, Física, Educação Física e Pedagogia.

feminino e aquelas com maior concentração do masculino. As carreiras em que foram identificadas mudanças no perfil dos estudantes, quanto ao sexo, foram: Gerenciamento e Administração, Direito e Medicina. O primeiro apresentou uma alteração no IPG de 0,90 para 1,20. No curso de Direito passou de 0,86 para 1,06 e na Medicina de 0,87 para 1,27. Assim sendo, os cursos de Gerenciamento e Administração e Medicina têm se tornado mais femininos e o de Direito deixa de ser mais masculino e adquire uma paridade.

Na área de Engenharia, as autoras (RICOLDI; ARTES, 2016) também verificaram um aumento no IPG, de 0,24 para 0,38, o que indica o ingresso maior de estudantes do sexo feminino, embora ainda com predominância masculina.

Entretanto, nas carreiras predominantemente femininas houve pouca alteração nos IPG (RICOLDI; ARTES, 2016): Ciências da Educação passou de 11,77 para 11,89; Enfermagem, de 6,60 para 5,24 e Terapia e Reabilitação de 5,64 para 5,20, com exceção da Psicologia, em que o IPG foi de 6,40 para 4,27 e a área de formação de professores em áreas específicas, no qual o IPG passou de 2,51 para 1,53.

Dessa forma, as autoras concluíram que, de forma geral, tem havido maior entrada de estudantes do sexo feminino em áreas com predomínio de matrículas do sexo masculino, entretanto, o inverso não ocorre na mesma proporção. Para elas, as transformações não são tão profundas porque esbarram na organização da Divisão Sexual do Trabalho. Explica ainda que:

Um indício é o pouco avanço masculino nas carreiras ditas femininas (e a maioria relacionada ao cuidado). Enquanto o cuidado continuar a ser uma atribuição primordial e quase exclusiva das mulheres, dificilmente a sua maior escolaridade poderá se traduzir em posições de destaque e de equidade de gênero. (RICOLDI; ARTES, 2016, p. 159).

Para Ricoldi e Artes (2016), o conceito de Divisão Sexual do Trabalho ajuda a compreender a concentração de mulheres em carreiras relacionadas ao cuidado, à assistência, à educação e de homens em áreas ligadas à produção que exigem maior raciocínio lógico. Dessa forma, se as carreiras exercidas predominantemente por mulheres se mantêm dessa forma, o papel social de cuidar e educar ainda é atribuído estritamente a elas.

Essa desigualdade tende a se agravar ao nos referirmos às pessoas com deficiência. Em pesquisa sobre questões de gênero e cor/raça na interface com a educação especial, realizada com base nos dados de matrículas de pessoas com deficiência, TGD e AH/SD na educação básica do Censo Escolar, Pereira (2016) constatou maior número de matrículas de estudantes do sexo masculino se comparado ao feminino, principalmente no ensino fundamental.

Todavia, uma contradição que se estabelece, pois, embora a população do sexo feminino seja mais numerosa, mesmo entre as pessoas com deficiência, as matrículas de estudantes com deficiência do sexo masculino na educação básica são majoritárias, de

acordo com Silva e Ribeiro (2014). A explicação para isso pode ser encontrada em Pereira (2016), ao identificar um acesso e permanência na escola bem menor em meninas, se comparado aos meninos, “[...] o que revela dupla desvantagem, porque mesmo com maior incidência, a essas são oferecidas menores possibilidades de escolarização” (PEREIRA, 2016, p. 122).

A respeito dessa dupla desvantagem, para Dantas, Silva e Carvalho (2014, p. 558), “As relações de gênero são fortemente marcadas nas mulheres com deficiência, pois, devido ao histórico processo de infantilização e dependência familiar em que estão submersas, as características de fragilidade feminina são intensificadas.”

No Prouni as estudantes ocupam em maior número as bolsas parciais, cujas vantagens são maiores comparativamente à bolsa integral e onde a modalidade EaD têm crescido com maior ênfase, conforme já apontado em outra pesquisa (PASTORIZA, 2020). Também estão inseridas predominantemente em cursos os quais historicamente concentram mais mulheres, de forma a perpetuar a Divisão Sexual do Trabalho. Essas condições de acesso podem ser indicar fatores de desigualdade entre os gêneros, que, no Programa são ainda mais acentuadas entre pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Prouni, como um Programa de acesso à educação superior e considerado uma política de ação afirmativa (MOEHLECKE, 2009), tem contribuído para o crescente acesso de pessoas com deficiência à este nível de ensino no período pesquisa (2011 a 2016). Entretanto, ao analisar esse ingresso, verificou-se maior número de estudantes com deficiência do sexo masculino com bolsas integrais e predominância das estudantes do sexo feminino com bolsas parciais, o que pode ser analisado como uma desvantagem para elas, já que outras pesquisas apontam melhores condições de permanência (FERREIRA, 2012; SACCARO; FRANÇA, 2018) e desempenho mais elevado (BARBOSA, SANTOS, 2011; FERREIRA, 2012), no mesmo curso, entre aqueles que recebem bolsa integral se comparado aos que tem bolsa parcial e àqueles sem bolsa do Prouni.

Além disso, ao analisar o cruzamento das bolsas concedidas por pessoas com deficiência por curso e sexo, observou-se prevalência nos cursos de Pedagogia de matrículas de pessoas do sexo feminino e em cursos de Engenharia do sexo masculino. Esse resultado espelha padrão encontrado na educação superior por outras autoras (BARRETO, 2014; ARTES; RICOLDI, 2016; RICOLDI; ARTES, 2016). Sendo assim, evidencia-se a categoria de gênero como um marcador social da diferença (ALMEIDA et al., 2018, p. 15) dentre as/os estudantes com deficiência, bolsistas do Prouni. Dessa forma, pode-se inferir que, no Prouni, a Divisão Sexual do Trabalho (RICOLDI, 2016, p. 159) perpassa também as pessoas com deficiência.

Verificou-se, também, que não houve diferença nos cursos acessados por estudantes bolsistas com e sem deficiência. Entretanto, faz-se necessário o desenvolvimento de outras pesquisas para investigar questões de permanência e conclusão dos estudos por esse grupo, já que as pesquisas desenvolvidas a partir de dados de universidades públicas (BREDA, 2013; CASTRO, 2011; LACERDA, 2013; RANGEL, 2015) e privadas (RENDERS, 2012; RODRIGUES, 2013) têm levantado vários desafios enfrentados por essas/esses estudantes devido à falta de acessibilidade – física, pedagógica, atitudinal, entre outras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloísa Buarque; SIMÕES, Júlio Assis; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lilia Katri. Moritz. 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo Santa Roza; MARINI, Marisol; LORENZO, Rocío Alonso; SIMÕES, Júlio Assis; CANCELA, Cristina Donza. et al. (Org.). **Marcadores Sociais da Diferença: Gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome; Gamma, 2018. p. 9-30.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado em sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Mulheres e as carreiras de prestígio no ensino superior brasileiro: o não lugar feminino. In: ITABORAÍ, N. R.; (Org.), A. M. R. Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?: implicações demográficas e questões sociais. [S.l.]: ABEP, 2016. p. 81-94.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; SANTOS, Clarissa Tagliari. A permeabilidade social das carreiras do ensino superior. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 535-554, Dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103=49792011000300006-&lng=en&nrm-iso. Acesso em: 15 dez. 2020.

BARRETO, A. A mulher no Ensino Superior: Distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro: Flacso/Brasil - Cadernos do GEA, n. 6, jul./dez. 2014.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 125-156 abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100=15742009000100007-&lng=en&nrm-iso. Acesso em: 03 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2011-2016**. Brasília/DF. INEP/MEC. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003-2012**. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11096.htm. Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 1**, de 2 de janeiro de 2015. Regulamenta os processos seletivos do Programa Universidade para Todos – Prouni. Brasília, 2015. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/legislacao/legislacao-2015/215-portaria-normativa-n-1-de-2-de-janeiro-de-2015/file>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. **Resumo Técnico 2016**. Brasília: MEC/INEP, 2018a. 97 p. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 7 dez. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. **Resumo Técnico 2015**. Brasília: MEC/INEP, 2018b. 90 p. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em: 7 dez. 2019.

BREDA, Davieli Chagas. **A inclusão no ensino superior: Um estudante surdo no Programa de Pós-Graduação em Educação**. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

CASTRO, Sabrina Fernandes. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. 278 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, 2011.

COSTA, Fabiana de Souza. **O Prouni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude**. 2012. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

DANTAS, Taísa Caldas.; SILVA Jackeline Suzann Souza; CARVALHO, Maria Eulina. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista brasileira de educação especial**, Marília, v. 20, n. 4, p. 555-568, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000400007&Ing=en&nrm=iso. Acesso em: 21 dez. 2019.

DUBET, François. Qual democratização do ensino superior? **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-266, 2015. Acesso em: 28 out 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000200255&Ing=en&nrm=iso.

FERREIRA, N. T. **Programa Universidade para Todos (Prouni): uma avaliação sobre a efetividade da política pública**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LACERDA. Guilherme Brito de. **Políticas de acesso, autonomia e permanência da pessoa com deficiência nas instituições públicas de ensino superior da região metropolitana do Cariri**. 2013. 141f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTINS, Raísa Maria de Arruda. **Prouni: Uma política de democratização do ensino superior?** Mestrado acadêmico em educação. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. 2011.

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cad. Pesqui.** [online]. 2009, vol.39, n.137, pp.461- 487. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 5 dez. 2019.

PASTORIZA, Taís Buch. Estudantes com deficiência na educação superior: estudo do perfil e do ingresso via Prouni. 2020. 221f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2020.

PEREIRA, Michelle Melina Gleica Del Pino Nicolau. **Deficiência, raça e gênero: análise de indicadores educacionais brasileiros.** 2016. 142 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

RANGEL, Aline Batista. **Inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal Fluminense: acesso e permanência, possibilidades e desafios.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa. **Invisibilidade e emergência da universidade inclusiva na tessitura de uma rede de memórias.** 2012. 211f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2012.

RICOLDI, A.; ARTES, A. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex aequo**, Lisboa, n. 33, p. 149-161, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602016000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 30 abr. 2019.

RISTOFF, Dilvo. **Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização.** In: Cadernos do GEA, n.3, jan./jun. 2013.

RODRIGUES, Rogéria Pereira. **O movimento inclusivo no ensino superior na perspectiva de alunos cegos.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

SACCARO, Alice; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto. Crédito ou tipo de escola de ensino médio? Os efeitos do FIES sobre a sobrevivência de estudantes de ensino superior de acordo com a escola de conclusão do ensino médio. **Anais do XXI Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC/SUL**, 2018. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/novosite/br/xxi-encontro-de-economia-da-regiao-sul--artigos-selecionados>. Acesso em 1 dez. 2020.

SILVA, Michelle Mayara Praxedes; RIBEIRO, Karen. Escolarização de pessoas com deficiência: questões de gênero. Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 3, 2014, Londrina. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas.** Londrina, 2014. p. 1-7. Acesso em: 14 out. 2020. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT6_Michelle%20Mayara%20Praxedes%20Silva.pdf. Acesso em: 10 jan 2021.

SOUSA, Dayanne. **Crédito estudantil privado após o novo Fies: desafios e oportunidades.** Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu, MBA informações econômico-financeiras e mercado de capitais para jornalistas) – Faculdade UBS, UBS Escola de Negócios, São Paulo, 2016.